

Diferentes perspectivas de mobilização social das mulheres rurais na Campanha Gaúcha (RS)

Tatielle Belem Langbecker¹

Cláudio Marques Ribeiro²

Viviane Flaviano³

Submissão: 30/10/2021

Aceitação: 28/01/2022

Resumo

O objetivo geral propõe caracterizar as ações de agentes de mobilização social frente às problemáticas da mulher rural em Dom Pedrito, município da Região da Campanha no Rio Grande do Sul e, assim, verificar como se manifesta a problemática de gênero, os atores e as orientações nas intervenções. O reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais surge com os movimentos de oposição sindical na década de 1980, os quais possibilitaram diferentes visões sobre as desigualdades vivenciadas no campo. As iniciativas puseram em pauta as discussões de gênero desencadeando debates sobre a legitimação da condição de trabalhadora rural, igualdade de direitos legais, participação em cargos de direção sindical e assim por diante. De cunho qualitativo, o estudo se delinea como exploratório e descritivo, para tanto foi elaborado um roteiro com a finalidade de conduzir a conversa com os participantes da pesquisa, permitindo com que os entrevistados contribuíssem de forma livre. Como resultados, encontrou-se duas iniciativas próximas da ideia de mobilização social técnico-profissional, outra iniciativa inserida na perspectiva política de mobilização e, uma quarta iniciativa guarda proximidades com a perspectiva contracultural, embora não haja movimentos propositais de mudanças estruturais, mas um simbolismo de mulheres que buscam inserção em espaços tipicamente masculinos. Por fim, a dinamicidade e diversidade da realidade estudada mostraram a presença, e as potencialidades, de ações de mobilização social para mulheres rurais, para além da extensão rural.

Palavras-chave: Mulheres Rurais, Mobilização Social, Extensão Rural, Pecuária Familiar.

Different perspectives for social mobilization of rural women in the Rio Grande do Sul Campaign

Abstract

The general objective proposes to characterize the actions of social mobilization agents in the face of the problems of rural women in Dom Pedrito, municipality of the Campaign Region in Rio Grande do Sul and, thus, to verify how the gender problem manifests itself, the actors and the orientations in interventions. The recognition of rural women emerged with the trade union opposition movements in the 1980s, which enabled different views on the inequalities experienced in the countryside. The initiatives put gender discussions on the agenda, triggering debates about the legitimation of the status of rural workers, equality of legal rights, participation in union leadership positions and so on. Of a qualitative nature, the study is designed as exploratory and descriptive, for that purpose a script was elaborated with the purpose of conducting the conversation with the research participants, allowing the interviewees to contribute freely. As a result, two initiatives were found close to the idea of technical-professional social mobilization, another initiative inserted in the political perspective of mobilization and, a fourth initiative keeps closeness with the countercultural perspective, although there are no purposeful movements of structural changes, but a symbolism of women seeking insertion in typically male spaces. Finally, the dynamics and diversity of the studied reality showed the presence, and the potential, of social mobilization actions for rural women, in addition to rural extension.

Key words: Rural Women, Social Mobilization, Rural Extension, Family Livestock.

¹ Doutorado em Extensão Rural (UFSM). Professora da Universidade Federal do Pampa. <https://orcid.org/0000-0003-0389-6642> Email: tatielle.belem@gmail.com

² Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor da Universidade Federal do Pampa. <https://orcid.org/0000-0003-4105-5684>. Email: claudioribeiro@unipampa.edu.br

³ Mestrado em Administração (UFSM). Doutoranda em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria. <https://orcid.org/0000-0002-2579-1019>. Email: vivianeflaviano@gmail.com

1 Introdução

Anterior à década de 90, as políticas de desenvolvimento rural eram focadas na modernização do rural, entendido naquela época como ambiente atrasado. O redirecionamento das políticas de desenvolvimento rural partiu dos próprios pesquisadores das problemáticas do rural, das “transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram em âmbito de Estado” e “dos atores da sociedade civil”. Isto possibilitou alguns debates sobre o desenvolvimento rural, focando em crédito para a agricultura familiar, apoio às questões territoriais, às ações afirmativas para jovens e mulheres (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

As realidades foram se revelando complexas, como se verifica em estudos sobre a realidade da mulher rural brasileira. Dentre as pesquisas que se ocuparam das situações e condições vivenciadas pelas mulheres rurais, em distintos contextos socioculturais, parece que algumas problemáticas se replicam pelos espaços geográficos. Os recortes do trabalho feminino em âmbito produtivo são desenhados por contornos que o indicam como sinônimo de ajuda subalternizando e desqualificando suas atividades (BRUMER, 2004).

As mulheres pouco são consideradas como participantes ativas nas dinâmicas produtivas da agricultura familiar e, quando são contempladas com ações específicas de políticas públicas ou mobilização social, por vezes, estas direcionam-se a demarcar os limites possibilitados para o alcance das mulheres. Historicamente, distanciam-se das possibilidades de superação das desigualdades de gênero no rural. Esta problemática deve ser reconhecida para alçar passos em busca de estratégias para sua superação (GUZZATTI, 2017).

Na tentativa de superação, algumas perspectivas de mobilização social questionam o foco de ações realizadas para mulheres rurais, buscando por mudanças que possibilitem alternativas ao seu reconhecimento como sujeitos ativos socioeconomicamente. Assim, justifica-se esse artigo pela intenção de revelar a diversidade de perspectivas que estejam focando na mobilização social de mulheres rurais. Isso contribui para evidenciar alternativas de mudanças nas situações da mulher rural, ao mesmo tempo, que aponta a emergência da consolidação dessa diversidade de atores e orientações focalizadas nas questões de gênero no rural.

A partir dessa orientação, refere-se à Região da Campanha, no Rio Grande do Sul, como um caso específico, e ilustrativo da realidade apontada pela problemática. Este conduz ao questionamento sobre as ações de agentes de mobilização social que visam mudanças, ou ao menos, que propiciem estranhamentos com a presente realidade das mulheres rurais. Desta forma, sugere-se algumas perguntas norteadoras: Quem tem realizado ações para mudar a

situação das mulheres rurais? O que está sendo proposto para estas mulheres? Como a mudança pode ser realizada?

Para tanto o objetivo geral propõe caracterizar as ações de agentes de mobilização social frente às problemáticas da mulher rural em Dom Pedrito, município da Região da Campanha e, assim, verificar como se manifesta a problemática de gênero, os atores e as orientações nas intervenções, nas ações de extensão rural.

2 Panorama de uma trajetória de políticas de ATER: da unidade familiar às mulheres rurais

A conquista por políticas públicas no rural, constantemente, esteve atrelada à capacidade de organização e articulação de movimentos sociais focados à conquista de sua legitimação frente ao Estado e, portanto, reivindicações de suas demandas sobre agendas públicas. Apesar disso, o escopo das políticas públicas para o rural, inclusive para a agricultura familiar, além de apresentarem um viés produtivista, são elaboradas para a garantia da “melhoria econômica das unidades familiares, pensadas como uma célula única”. Ou seja, as particularidades e as relações de poder, vinculadas às questões de gênero e geração, não entram em pauta para a formulação dessas políticas (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 572).

Esse modelo foi reproduzido historicamente, desde a década de 1940, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural no Brasil (ACAR). De 1960 a 1970, as Extensionistas de Bem-Estar Social e os Clubes de Mães sedimentam a visão dos espaços produtivo e reprodutivo, pois mulheres extensionistas eram direcionadas ao trabalho com mulheres rurais. Já em 1970, com a modernização da agricultura, o foco central passa ao modelo produtivista em que o crédito é basilar para a implementação de pacotes tecnológicos (WEITZMAN, 2011).

O reconhecimento da mulher trabalhadora rural não foi uma tarefa fácil e, ainda se desdobra em um cotidiano constante de busca por visibilidade (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015), mesmo dentro do ambiente familiar. O reconhecimento das mulheres rurais, surge com os movimentos de oposição sindical na década de 1980, possibilitando diferentes visões sobre as desigualdades vivenciadas no campo. As iniciativas puseram em pauta as discussões de gênero desencadeando debates sobre a legitimação da condição de trabalhadora rural, igualdade de direitos legais, participação em cargos de direção sindical e assim por diante (MEDEIROS, 2001).

Nesse sentido, as iniciativas sindicais contribuíram para o aumento da participação das mulheres rurais em eventos como seminários, encontros, campanhas formando grupos que se uniram aos movimentos sociais. A partir dos anos 90, a temática das desigualdades de gênero é

acolhida por várias instituições fortalecendo o debate, e proporcionando o direito político de pronunciamento e reivindicação por parte das mulheres (SALES, 2007). Há que se destacar a importância do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, lançado em 2004. Esse programa tratou da importância de utilizar-se as documentações civil e trabalhista para a garantia de direitos e acesso às políticas, assim como, emitiu, gratuitamente, a documentação básica garantindo a cidadania às mulheres rurais (BUTTO, 2011).

No início dos anos 2000 é que as ações voltadas para as questões de gênero no rural ganham atenção. Em 2001 foi criado o Programa de Ações Afirmativas para o assessoramento direcionado à facilitação do acesso das mulheres às políticas de desenvolvimento. Em 2003, pela primeira vez, elabora-se uma política pública específica pela promoção da igualdade de gênero, integrando as pautas das trabalhadoras rurais. No ano de 2008, dotando de orçamento, as ações distribuíram-se em dois grandes programas: o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural através da Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais e, Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres, por meio da ação Organização Produtiva de Mulheres Rurais e da ação Documentação da Trabalhadora Rural (BUTTO, 2011).

A política que mais efervesceu o debate foi a modalidade de crédito específica para mulheres a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em decorrência das discussões foi constatada a autonomia limitada das mulheres, pois muitas não tinham acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento básico para acesso às operações de crédito do Pronaf. Com isso, em 2004, a DAP passa a ser realizada no nome do casal, buscando incluir as mulheres no Pronaf. O Pronaf Mulher passa a ser uma linha de crédito do Pronaf possibilitando acesso por parte das mulheres sem restringir uma operação de crédito por família (BUTTO, 2011).

2.1 A extensão rural e seus atores: o sentido da atuação extensionista

Como visto, na Assistência Técnica e Extensão Rural, por tempos, a demanda da sociedade civil se restringiu à necessidade de orientar os serviços para atendimento do grupo familiar, incluindo aí também as mulheres, na tomada de decisões das atividades produtivas. Tanto é que Weitzman (2011, p. 89) destaca que referir-se à família como método de naturalmente incorporar as mulheres nas políticas públicas “é um mito que se sustenta a partir de uma lógica essencialista em torno da unidade familiar, como se fosse destituída de conflitos internos e desigualdades sociais”.

Houve mudanças no modelo de práticas da extensão rural dentre as quais, a inclusão social de grupos sociais, historicamente, invisibilizados, trazendo as problemáticas de gênero, raça e etnia. A consideração das inovações locais geradas por mulheres ou grupos de mulheres é fundamental para a construção do conhecimento. Entretanto, as dificuldades são aparentes, por exemplo, pela dificuldade de desvincular a ATER para mulheres às atividades de cunho “social” e o tratamento como “unidade produtiva” ou “núcleo familiar” que ainda persiste. Assim, um dos grandes desafios é a garantia da transversalidade da problemática de gênero na elaboração de projetos e políticas inseridas nas ações da ATER (WEITZMAN, 2011).

Mesmo assim, a política setorial de ATER para mulheres traz contribuições para o cenário de busca pela igualdade de gêneros, como “fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais”; “ampliar o acesso às políticas públicas e apoiar a articulação em rede”. Acompanhado desses objetivos, desencadeiam-se ações como a criação de espaços infantis durante os mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Esses são alguns dos desafios na socialização do trabalho doméstico e dos cuidados como fundamental para a promoção da autonomia econômica das mulheres (HORA; BUTTO, 2014, p. 32).

Além disso, as iniciativas de mobilização social de mulheres rurais, e as suas orientações, são fundamentais para buscar transformações. É nesse sentido que, apesar de ultrapassar quatro décadas da publicação, o trabalho de Crowfoot e Chesler (1976) se destaca pelo esforço em sistematizar três diferentes perspectivas de mudança social planejada partindo de uma “tipologia” que se desmembra em função dos pressupostos das ações de mobilização; são esses pressupostos que irão conduzir e escolha de ações concentradas em seus alcances.

A mudança social planejada apontada por Crowfoot e Chesler (1976) se distingue em três perspectivas: técnico-profissional, política e contracultural. A perspectiva técnico-profissional compreende a sociedade como um conjunto de subsistemas inter-relacionados com distintas estruturas e processos internos, em que as formas de organização operam a divisão do trabalho centradas na função societária mais ampla. Ainda que sejam necessárias, ou inevitáveis, as mudanças (e a sociedade) são interpretadas como funcionais ao progresso e ao desenvolvimento tecnológico, provocando a percepção da sociedade como estável.

A segunda perspectiva, a perspectiva política, identifica a sociedade como composta por inúmeros grupos permeados de especificidades que guardam a partilha de seus interesses. Cada grupo é definido em acordo com uma grande gama de elementos seja em função de raça, sexo, ideologia, função social e assim sucessivamente. A escassez de recursos, de diferentes naturezas,

consolida-se como um dos principais fatores à competição entre grupos motivando a busca por mudanças (CROWFOOT; CHESLER, 1976).

A última perspectiva, a contracultural, parte de pressupostos mais complexos que indicam o modelo atual de sociedade como perverso e de propagação inadequada de seus processos de socialização pois estaria em conflito com a natureza e, ainda barrando as possibilidades dos indivíduos de suprirem suas necessidades de afeto, liberdade e integridade (CROWFOOT; CHESLER, 1976). Desta forma, os autores apresentam um aporte que contribui para o entendimento das diferentes perspectivas orientadoras abrindo espaço para o reconhecimento da diversidade de atores presentes na extensão rural. A seção seguinte, contextualiza o ambiente empírico, em que buscou-se captar essa diversidade de orientações.

2.2 A mulher rural na Campanha Gaúcha e algumas problemáticas

A criação de gado de corte é uma das primeiras referências quando se trata das atividades rurais desenvolvidas no Pampa, especialmente, na região da Campanha. A realidade da pecuária de corte se desmistifica a partir de estudos que identificam diferentes dinâmicas, assim como revela o seu tecido social permeado por pequenos, médios e grandes produtores. Os pecuaristas familiares foram identificados como uma categoria social específica apresentando particularidades únicas e definidoras de seu modo de vida como pequenas áreas de produção destinadas à pecuária de corte, autonomia em relação ao mercado e, mão de obra predominantemente familiar (RIBEIRO, 2009; FERNANDES; MIGUEL, 2016).

A origem dos pecuaristas familiares apresenta-se de forma múltipla decorrente de diferentes processos históricos. Parte pode ter sido originária do fracionamento das propriedades rurais em virtude de heranças; as grandes estâncias foram se multiplicando em pequenas propriedades rurais. A migração de produtores de outras regiões no Estado, assim como, compra de porções pequenas de terras por parte de peões que deixavam as estâncias como lugar de trabalho (FERNANDES; MIGUEL, 2016).

No entanto, por mais diversa que as origens da pecuária familiar sejam e revelem a multiplicidade de suas configurações - criação de bovinos e ovinos -, o imaginário social sobre a figura masculina do gaúcha se perpetua, invisibilizando a mulher na dinâmica da pecuária familiar. Apesar desta visão perpassar o campo abstrato, alguns apontamentos recorrem às elucidações reais e indicativas da preponderância masculina na pecuária de corte e no rural da Campanha Gaúcha.

Os estudos de Costa, Froehlich e Carpes (2013), por exemplo, revelam que os sistemas agrários originários na pecuária bovina de corte guardam os maiores índices de masculinização. Já em 1950 as regiões da Campanha e o Litoral Sul apresentavam intenso processo de masculinização ao serem comparadas com as demais regiões do Rio Grande do Sul; parte desse processo pode ser associado às relações de produção do sistema agrário originado na pecuária de corte, assim como, pela intensidade dos sistemas produtivos mais expressivos em uma região.

As dinâmicas rurais originadas na distribuição das sesmarias, baseiam-se na produção pecuária e carregam uma razão de sexo, historicamente, pautada em maior concentração de homens do que mulheres, diferente das dinâmicas mais fragmentadas, desenvolvidas por descendentes de caboclos e imigrantes europeus. Nessas regiões se desenvolveram sistemas produtivos mais intensivos em mão de obra, em que o trabalho produtivo da mulher é mais representativo do que nas outras áreas (COSTA; FROEHLICH; CARPES, 2013).

De forma semelhante, Barbosa (2013), destaca que as realidades rurais baseadas em atividades de produção pouco diversificadas, demonstram dificuldades de inserção da mulher em processos de gestão e de tomada de decisão, desdobrando-se na continuidade de modelos guiados pela figura masculina. Contudo, na realidade cotidiana, as mulheres desenvolvem as atividades de campo tanto quanto os homens.

Outro elemento a ser destacado se relaciona à chefia dos estabelecimentos destinados à pecuária de corte. De acordo com o estudo de Litre (2010), que investigou a pecuária familiar no Brasil, Uruguai e Argentina, a chefia feminina das unidades produtivas da pecuária familiar está condicionada, na maioria das vezes, ao estado civil, ou seja, mulheres viúvas, solteiras e divorciadas conduzem as propriedades rurais, ou ainda, casadas caso a terra seja obtida por herança. No entanto, nos casos das mulheres casadas, não há exclusividade na chefia dos estabelecimentos, isto é, dividem com o marido as atividades de gestão.

A partir disso se tem uma noção de como se configuram as situações das mulheres pecuaristas familiares. A reprodução da invisibilidade do trabalho seja em ambiente produtivo ou reprodutivo é permanente: este é o retrato da realidade.

3 Caminhos metodológicos: contato com agentes de mobilização social em Dom Pedrito/RS

A proposta para esta iniciativa tem como base a abordagem qualitativa por possibilitar encaminhamentos que competem às constantes problematizações das realidades pretendidas à

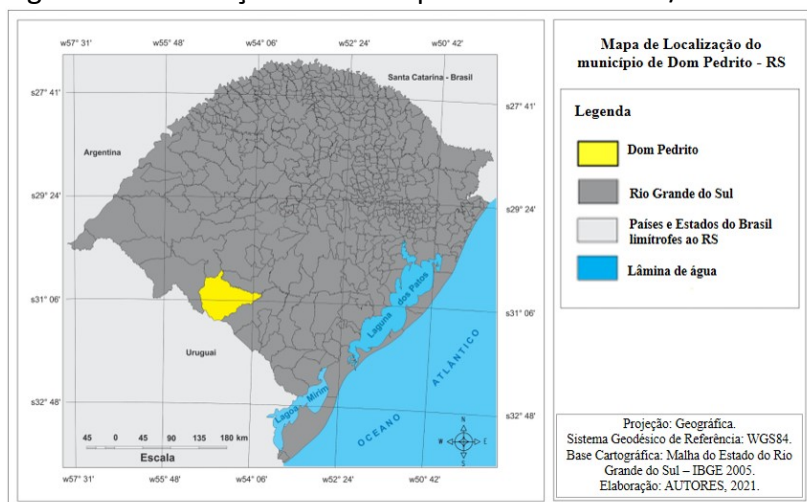
investigação. Mesmo que a intenção principal esteja calcada na própria construção da problemática e, não em trazer respostas únicas.

O estudo se delinea como exploratório e descritivo, uma vez que o caráter exploratório se refere às pesquisas empíricas que tem por intuito a própria construção de situações problema. E o aspecto descritivo, em estudos exploratórios, busca a descrição dos fenômenos que estão em construção problemáticas. Esse delineamento admite a descrição baseada em aspectos qualitativos, que, em grande parte, se fundamentam na aplicação de entrevistas sendo flexíveis quanto a procedimentos de amostragem (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A partir disso, foi elaborado um roteiro de entrevistas com a finalidade de conduzir a conversa com os participantes da pesquisa, permitindo com que os entrevistados contribuíssem de forma livre. Partindo da dinamicidade que um processo de investigação permeia, a opção pela escolha dos entrevistados se deu de forma gradual, em que os próprios participantes indicavam sujeitos potenciais para a pesquisa.

Dessa forma, a busca iniciou através do escritório municipal da Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Dom Pedrito para realizar agendamento com o técnico responsável pelas atividades com a pecuária familiar. Na figura 1 encontra-se a localização do município de Dom Pedrito no Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Localização do município de Dom Pedrito/RS



Fonte: Elaboração própria (2021) com base em malha do Rio Grande do Sul/IBGE (2005).

Esse primeiro contato, com a EMATER, se deu pela motivação de encontrar ações específicas para as mulheres inseridas na pecuária familiar, porém os encaminhamentos conduziram uma discussão mais aberta em relação ao público a ser investigado. Na oportunidade, ao questionar sobre iniciativas de mobilização social de mulheres rurais, foi

comentado sobre o Grupo Anita Garibaldi e suas atividades em prol de questões relacionados ao tradicionalismo gaúcho. Assim, a sequência possibilitou o contato com duas mulheres participantes do grupo, sendo uma fundadora e a outra participante da primeira atividade realizada pelo grupo.

Esses contatos revelaram outras possibilidades para a investigação, dentre as quais, optou-se por conversar com a secretaria do sindicato dos trabalhadores rurais de Dom Pedrito e pecuarista familiar. Também se deu na sequência, contato com a Casa de Cursos do município e, nesta oportunidade, visita à estrutura física, assim como, contato e fotografias da realização de um curso que ocorria no momento em questão. Daí surgiu, inclusive, um breve contato com uma das instrutoras de cursos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Em síntese, esse foi o caminho percorrido tendo como motivação principal a verificação de iniciativas que trabalhassem a mobilização social de mulheres inseridas na pecuária familiar. Entretanto, os caminhos da pesquisa contornaram outros traços revelando problemáticas tangentes ao esperado. Daí a riqueza da pesquisa qualitativa em permear a dinamicidade da realidade apontando direções improváveis em princípio.

4 Os agentes de mobilização e suas ações: um questionamento sobre a realidade da mulher “na campanha”? ou um contexto de realocações?

A apresentação dos resultados encontrados é orientada pelas perguntas formuladas no título da seção. A sequência exposta perpassa o caminho percorrido durante as entrevistas apresentando cada uma das iniciativas encontradas e põe em pauta as ações realizadas com foco em contribuir para reconfigurações de problemáticas vivenciadas pelas mulheres rurais. Assim, em cada subseção sintetiza-se quem são os agentes de mobilização social e quais as propostas que estão sendo trabalhadas por cada um em suas perspectivas. Destaca-se que o termo Campanha na denominação do IBGE se refere às três Microrregiões (Campanha Ocidental, Central e Meridional) formadoras da Mesorregião Sudeste Rio-grandense, porém na realidade local o termo é associado ao espaço “rural”; por isso a distinção entre mulheres na Campanha e da Campanha Gaúcha.

4.1 EMATER

O primeiro contato realizado se deu no escritório municipal da EMATER em entrevista com o técnico responsável pelas ações junto à pecuária familiar com formação em técnico

agrícola. No período em que a pesquisa foi realizada, em 2017, o técnico havia completado um ano de sua transferência para Dom Pedrito. O entrevistado comenta que é a partir de sua vinda que começam a ser geridas ações específicas para o público da pecuária familiar.

Nos registros constam aproximadamente 500 famílias de pecuaristas familiares atendidas e que buscam auxílio da Emater, porém, a partir dos levantamentos de números de produtores de ovinos, por exemplo, possivelmente, esse número seja maior do que se espera como salienta o técnico responsável. Isso se dá, também, pelo público atendido estar em acordo com a legislação da agricultura familiar que admite até 4 módulos fiscais, ou seja, 112 hectares em Dom Pedrito. Contudo a Lei 13.515 de 2010 regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária Familiar (PECFAM) que trata de pecuaristas com até 300 hectares, mão de obra, predominantemente, familiar, criadores de bovinos, ovinos, caprinos e/ou bubalinos nas fases de cria e/ou recria com finalidade de corte dentre outros aspectos.

Em relação ao trabalho das mulheres na pecuária familiar, o entrevistado destaca a mulher inserida tanto no meio doméstico como no campo. Destaca-se um trecho da entrevista que evidencia o reconhecimento da invisibilidade do trabalho feminino tratado como “ajuda” por Brumer (2004) revelando perspectivas acordes em seus contextos.

Na verdade, se nós analisarmos na pecuária familiar, a mulher sempre foi o papel mais importante... por quê? Se tu faz todos os fazeres domésticos, quem é que organiza o negócio todo? Ou seja, a mulher sempre ajudou... quem é que cria os guaxos? Então, eu acho que é muito centrado no homem porque o cara anda a cavalo, mas quantas mulheres que a gente conhece que andavam junto com o marido? (TÉCNICO EMATER).

Poderiam ser realizadas algumas reflexões sobre a fala do entrevistado, porém, apesar da menção do termo “ajuda”, nota-se que aos poucos há um reconhecimento da importância do trabalho feminino para a pecuária familiar. Ainda se destaca que a configuração aparente dos trabalhos das mulheres associa-se ao encontrado em outras localidades, como por exemplo, na Área de Preservação Ambiental (APA) do Rio Ibirapuitã investigada por Sá Brito (2010), revelando uma realidade que se aproxima das dinâmicas socioprodutivas em Dom Pedrito. No segmento da produção familiar, as mulheres possuem íntima relação com trabalhos domésticos, produção para autoconsumo, venda de artesanatos, produtos processados e, ainda, trabalham na lida de campo quando a mão de obra do homem não é suficiente (SÁ BRITO, 2010).

O entrevistado reforçou que sua dedicação se refere aos pecuaristas familiares e que sua ação presente é a organização e mapeamento do cenário buscando identificar, também, a atuação do jovem e da mulher na pecuária familiar. Destaca que, atualmente, não tem como

identificar o montante de mulheres pecuaristas familiares inseridas no artesanato, por exemplo, pois até então não tinham ações e políticas específicas para dar visibilidade a este público.

Em relação à percepção do técnico entrevistado a respeito do trabalho das mulheres na pecuária familiar comenta sobre o que ele chama de “dinheiro invisível” estar diretamente relacionado aos trabalhos desempenhados pela mulher. Os trabalhos desempenhados em torno do autoconsumo são em grande medida desempenhados pelas mulheres nas diferentes realidades rurais (BRUMER, 2004).

É interessante notar que aos poucos os próprios agentes de ATER vão criando essa consciência da importância do trabalho da mulher para a renda da família. Nessa mesma linha, o entrevistado comenta da necessidade de mudança de consciência dos sujeitos inseridos no rural frente ao reconhecimento do valor que o trabalho da mulher tem, mas reconhece que, de modo geral, isso não é provocado pelos próprios técnicos, os quais teriam como parte de sua função “provocar” essas questões.

Pensando nas reconfigurações dos recortes das políticas de ATER, nas mudanças que ocorreram na forma de praticar a extensão rural e assim trabalhar para a inclusão de grupos sociais invisibilizados, como comenta Weitzman (2011), a perspectiva do entrevistado parece se aproximar desses elementos. Quando destaca que está na extensão rural “provocar” reflexões deste tipo nos sujeitos inseridos no rural, a ideia sobre a transversalidade da problemática de gênero (WEITZMAN, 2011) aparece viva em seu discurso, porém reconhece que ações para tal não são comuns dentre os extensionistas de sua vivência.

Outro assunto comentado revela as dificuldades em realizar processos de organização e mobilização social. De acordo com o entrevistado, existe todo um percurso de motivação das pessoas e espera pelos seus próprios tempos: “tu estás vendo que dá pra fazer, mas tu tem que esperar o tempo das pessoas”. Há uma cultura bastante individualista que dificulta a realização associada às grandes distâncias entre as propriedades. No entanto, surge um questionamento que conduz à entrevista seguinte: como que para fins culturais, por exemplo na Semana Farroupilha, esse movimento de mobilização de pessoas é tão facilitado e para outras atividades encontram-se maiores dificuldades? Este questionamento foi decorrente da conversa, mas que pode associar, hipoteticamente, atividades culturais como facilitadoras da mobilização social.

4.2 Grupo Anita Garibaldi

O Grupo Anita Garibaldi, fundado em 2004, caracteriza-se por ser um grupo de mulheres do município de Dom Pedrito com suas ações voltadas às atividades culturais de cunho tradicionalista. No entanto, chama a atenção que todo o imaginário criado sobre a figura do gaúcho e da prenda a esperar o peão ao entardecer com um chimarrão “se possível meiga e com uma flor no cabelo”, se reconfigura (RAUBER, 2010).

A entrevistada é membro fundadora do grupo e a principal responsável por sua criação. A origem da iniciativa revela um desafio posto em outra atividade cultural: a Cavalgada do Piá. Neste evento, a entrevistada questionou à organização do evento quanto a possibilidade de realizar uma cavalgada para mulheres e, a resposta que obteve foi interpretada como um desafio, pois revelou que um membro da organização respondeu com um questionamento sobre o porquê ela mesma não realizara sua própria cavalgada.

No ano seguinte, mesmo com receio de não alcançar pessoas interessadas, a 1ª Cavalgada da Mulher foi realizada, mas o grupo ainda não tinha nome. Em visita ao prefeito da época, o grupo foi informar sobre sua fundação e pedir permissão para utilizar a bandeira do município; ao término da exposição, o prefeito solicitou que alguém trouxesse uma câmera fotográfica para realizar uma fotografia com as Anitas e, desde então o Grupo chama-se Anita Garibaldi.

As principais atividades realizadas pelo grupo se dividem entre o desfile do dia do gaúcho e, especialmente, a Cavalgada da Mulher, realizada em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em que as mulheres cavalgam e os homens acompanham em automóveis e caminhões responsabilizando-se por todas as atividades do acampamento de todas as noites da cavalgada, desde a encilha até a elaboração das refeições. As cavalgadas são realizadas pelo interior de Dom Pedrito alcançando, também, municípios limítrofes como Rosário do Sul.

Nem todas as mulheres participantes são de origem rural, mas em grande medida possuem uma relação próxima, em que seus pais e familiares estão no rural ou, em algum momento, estiveram. Ainda em relação às participantes, como começaram a surgir inúmeras interessadas, em princípio, o requisito para fazer parte do grupo era ter participado das atividades da Cavalgada da Chama Crioula ou do Piá. Atualmente, o grupo se reúne e por meio de votação aceita ou não novos membros apenas em caso de unanimidade dos votos.

A organização prévia fica por conta de duas integrantes eleitas todo ano pelo grupo, responsáveis pela demarcação do trajeto da cavalgada e detalhes para a formação dos acampamentos. Ainda há uma homenageada eleita anualmente intitulada de “Anita”.

Figura 2 - Grupo Anita Garibaldi na Cavalgada da Mulher em 2015



Fonte: Imagem cedida pela entrevistada.

O interesse em investigar o grupo se deu por tratar de uma iniciativa com origem na organização de mulheres que se aproxima da ideia de reconfiguração de um imaginário fundamentado no trabalho masculino. A iniciativa não se vincula às atividades produtivas rurais desenvolvidas pelas participantes ou familiares, na pecuária familiar, mas direciona-se às atividades culturais que remontam às configurações históricas do trabalho do homem no campo.

Notavelmente, trata-se de mulheres com uma percepção mais esclarecida sobre a possibilidade de ocupar os lugares pelos quais se identificarem. Elementos como estes, percebidos na identidade de gênero e relações de sexo, são fundamentais para o entendimento dos movimentos de mulheres (CARNEIRO, 1994), neste caso para a compreensão da formação do grupo, assim como para a busca do autorreconhecimento.

A iniciativa demonstrou uma ruptura com o imaginário construído acerca da divisão sexual das atividades socialmente construídas como femininas e masculinas na Campanha Gaúcha. Talvez a amplitude que esse movimento possa alcançar seja motivador para que outras iniciativas sejam geradas, assim como, permitam novos olhares por partes de homens e mulheres sobre uma reconstrução de situações e condições perpassadas historicamente.

4.3 Casa de Cursos

A Casa de Cursos é um projeto do município com foco na promoção social de mulheres, atualmente, conta com pequenas contribuições de verbas municipais para sua manutenção. O objetivo é a oferta de cursos e oficinas em geral oferecendo estrutura para realização de diferentes tipos de artesanato desde reciclagem de materiais como garrafas, caixas de leite, pneus até máquinas de costura e específica para trabalhos com lã crua contando com o apoio de diversos voluntários. Nota-se a aproximação com o que Spink e Ramos (2016) salientam sobre as

configurações da assistência social, ou melhor, entidades heterogêneas, de diferentes naturezas resultando na presença de dificuldades operacionais.

Na oportunidade foi entrevistada a responsável pelas atividades desenvolvidas, funcionária pública municipal, inserida nessas atividades a mais de 30 anos. Ela comenta que para esta realização, a Assistência Social do município possui parceria com o SENAR para a realização de cursos em que a prefeitura oferece todo o material e estrutura para a realização dos cursos e o SENAR dispõe dos instrutores. No entanto, houve questionamentos sobre a realização de cursos do SENAR em espaço urbano, já que a estrutura da Casa de Cursos está no centro da cidade. A justificativa que se deu para esta parceria se fundamenta em atender o público das periferias da cidade, que em grande maioria, são mulheres vindas do rural ou que possuem familiares, como maridos e filhos que trabalham no rural.

No momento de entrevista com a coordenadora da Casa de Cursos estava ocorrendo um curso de introdução à costura e transformação de peças do vestuário e, na oportunidade foi realizada uma visita às atividades desenvolvidas pelo grupo. Questionou-se às participantes se, de fato, elas tinham relação com o rural e as respostas revelaram essa relação, pois algumas comentaram sobre sua residência em concomitância com o rural e urbano, assim como moradias próximas ao urbano, mas que ainda se classificam como rural, e, ainda aquelas que residem na cidade e que já foram trabalhadoras rurais.

O intuito da iniciativa é disponibilizar diferentes possibilidades que contribuam como alternativas de rendas às mulheres beneficiárias. Ainda há outro grupo inserido na Casa de Cursos, a “Associação de Artesãos Tecendo a Vida” dividida entre as atividades de artesanato em lã crua e o “Coral Tecendo a Vida”. Destaca-se que a associação possui um caráter dinâmico em que a rotatividade de integrantes é relevante, pois a preocupação maior, percebida através da entrevista realizada, centra-se em aproveitar a formação disponibilizada pela associação não se percebendo uma preocupação com a associação especificamente.

As reuniões são realizadas semanalmente e o espaço da Casa de Curso se encontra aberto para receber as integrantes para que elas tenham um local para desenvolver seus trabalhos artesanais. E o coral é formado pelas mesmas integrantes com o intuito de realizar atividades culturais apresentando-se em eventos municipais. Parece haver algumas características que aproximam tais ações (cursos, associação, coral), também comentado por Siliprandi (2002), ao histórico viés de gênero na extensão rural, ou seja, a organização de mulheres para realização de atividades consideradas femininas.

De modo geral, esta iniciativa se difere por estar inserida no urbano, mas que, grande parte de seu público é oriundo do rural. Em primeira vista, a centralidade está em oferecer alternativas distintas das já conhecidas e que consigam estar inseridas na realidade atual dessas mulheres. O olhar assistencialista é perceptível na abordagem falada e prática utilizada pela instituição, pois como salienta Siliprandi (2002), as questões sociais parecem chegar às instâncias governamentais como sinônimos de buscar alternativas por meio do assistencialismo.

Desta forma, a mudança aqui se refere em perceber-se como ator capaz de desenvolver atividades que possam gerar rendas alternativas. Desta forma, o principal problema parece ser o distanciamento com o rural, por diversos fatores, e assim, dificuldades para contribuir com a manutenção da família e inserção no mercado de trabalho. É com esse contexto que a iniciativa da prefeitura atua, apontando a necessidade de apoio às mulheres das periferias do município.

No entanto, Spink e Ramos (p. 291, 2016) destacam que alguns elementos sócio-históricos delimitam as ações assistenciais a um público em maior vulnerabilidade social e, por consequência, a assistência social ganha uma interpretação de ações benevolentes desconsiderando-as como política pública e direito de todos; “assim, abre-se possibilidade para todo tipo de contradição e até de conflito entre gratuidade, parceria estatal-sociedade civil, obrigações estatais e ação comunitária”.

4.4 Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs)

Por último foi realizado contato a diretora do Sindicato do Trabalhadores Rurais de Dom Pedrito, atual coordenadora de mulheres trabalhadoras rurais da Regional Fronteira composta nove Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e, também pecuarista familiar. As atividades realizadas pela entrevistada estão bastante focadas nas datas comemorativas como Dia Internacional da Mulher e Dia das Mães. São realizados encontros no rural contando com a estrutura de escolas, comunidades do interior dos municípios e até mesmo nas propriedades das participantes. Cada grupo municipal possui em torno de 40 a 60 mulheres, dentre as quais, a maioria são pecuaristas familiares. Nos STRs municipais são realizadas reuniões mensalmente e, no Regional anualmente.

As ações são voltadas à realização de cursos de cucas, doces e salgados, artesanatos, palestras motivacionais sobre autoestima, violência contra as mulheres, sindicalização das mulheres rurais, assim como, atividades de lazer. Também foram realizadas viagens à Porto Alegre e Brasília para mobilizações em busca de direitos das mulheres. Em Dom Pedrito, no mês

de maio, são realizados chás para festejar o mês das mães e uma vez no ano, em outubro, é realizado um encontro para famílias rurais focando a temática gênero e geração.

Em relação ao trabalho da mulher comenta o seguinte:

Em (relação) valorizar o trabalho, nós mulheres somos valorizadas, porque somos trabalhadoras rurais, produzindo alimento que vai a mesa das pessoas na cidade. Se o agricultor não planta as pessoas da cidade não almoçam e não jantam, esse é o nosso lema. (ENTREVISTADA).

Por fim, sugeriu-se à entrevistada que comentasse sobre as principais dificuldades encontradas. A resposta resumiu-se ao machismo que ainda no mundo de hoje acontece. Mesmo com o breve contato realizado com a entrevistada, um dos limitantes deste contato (mas que possibilitou a sua realização) foi a realização da conversa via aplicativo de mensagens levando uma semana para sua conclusão. No entanto, a diferença de perspectivas sobre as mulheres rurais é distinta das demais. Não que as perspectivas anteriores recusem, mas apenas pelas temáticas trabalhadas nas atividades percebe-se o trabalho sobre a consciência política e as questões de gênero. Pode ser que haja uma realocação subjetiva do trabalho da mulher frente à pecuária familiar, em virtude do foco de alguns cursos, porém a discussão política e de gênero permeiam a intenção em modificar o cenário presente.

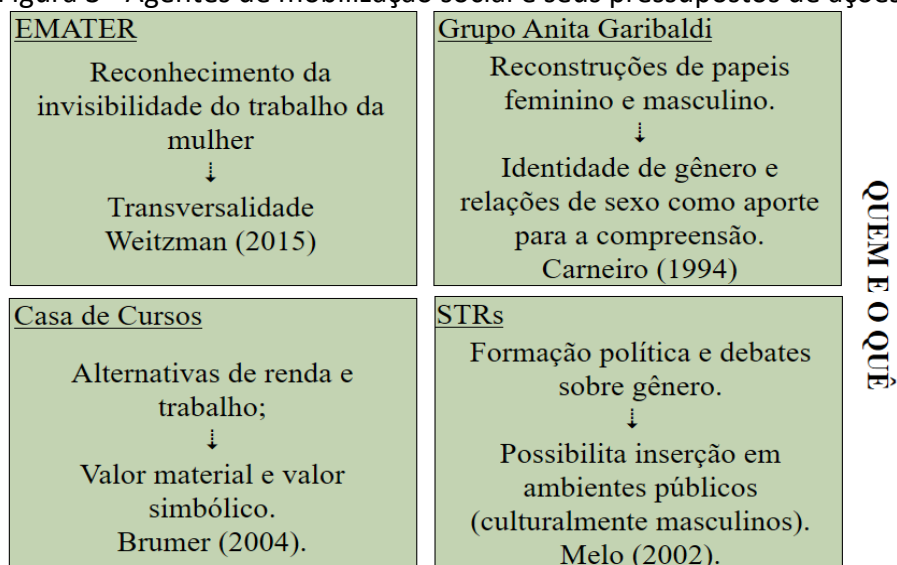
4.5 O mapear da diversidade: perspectivas de mobilização social

Partindo da caracterização das diferentes perspectivas de ações apresentadas no cenário das mobilizações sociais, esta seção sintetiza as diferentes ações e, a partir da visão de Crowfoot e Chesler (1976), fundamenta as diferentes perspectivas sobre mudança social. Para iniciar, a figura 3 tem por intuito sintetizar os agentes entrevistados e gerar, possíveis, inferências sobre os pressupostos que estejam impulsionando as ações de cada um.

Apesar da conversa com a EMATER não remeter às ações específicas com as mulheres, de modo geral, pois a assistência social do município estava em transição dada aposentadoria, destacou-se a relação das mulheres com as atividades técnico-produtivas. Notou-se a percepção sobre o reconhecimento do trabalho da mulher e o questionamento a respeito da distribuição dos excedentes em função de cada membro da família. A visão, por vezes, crítica do técnico entrevistado possibilitou a análise de que a própria Emater deveria provocar essas reflexões aos agricultores, porém, a tarefa se torna difícil, pois esta não seria uma posição em totalidade dentre os técnicos. Como mostra a figura 3, este ponto concorda com o que Weitzman (2015) comenta

sobre a inclusão das problemáticas de gênero estarem presentes de forma transversal em todas as ações e não, evidenciarem-se apenas em ações pontuais.

Figura 3 - Agentes de mobilização social e seus pressupostos de ações



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conciliando com os vieses expostos por Rodrigues (1997), observa-se que a instituição, partindo apenas dos elementos expostos na entrevista, movimenta-se nos diferentes prismas; aquele que menos ficou evidente seria o viés assistencialista, já que não se teve acesso às atividades destinadas às mulheres; o viés difusionista pode estar associado ao foco técnico e produtivo, enquanto a linha crítica pode estar presente nas reflexões de alguns técnicos.

O Grupo Anita Garibaldi enfoca sua atuação em atividades culturais que questionam o papel da mulher segundo um viés romancista. Esse questionamento gera, ao menos simbolicamente, a reconstrução dos papéis de homem/campo e mulher/casa buscando a inversão deles. A percepção do que é feminino e masculino põe em pauta as questões sobre identidade de gênero e sobre as relações de sexo atuando como elemento fundamental para a compreensão de iniciativas como esta (CARNEIRO, 1994). Pensando em Rodrigues (1997), esta iniciativa assemelha-se mais à perspectiva crítica, porém, é essencial destacar que as reuniões não se centram em discussões sobre o empoderamento feminino; isso parece ser dado, já que os encontros demandam discussões práticas sobre os eventos realizados.

Já a Casa de Cursos trabalha na perspectiva de gerar atividades alternativas e renda às mulheres em condições de vulnerabilidade social, em maioria, originárias do rural, migrantes ao urbano, por diferentes situações e, ainda com relações próximas ao campo devido ao trabalho de familiares. Levando em conta a condição de vulnerabilidade socioeconômica dessas mulheres,

o rol de alternativas socioprodutivas geradas pela Casa de Cursos estimula diferentes habilidades e capacidades dessas mulheres que talvez não fossem percebidas por elas mesmas.

Em virtude disso, as respostas se traduzem em valor material, pois possibilitam alternativas de renda, e valor simbólico por permitirem, ao menos em nível local, contribuições para a visibilidade de seu trabalho (BRUMER, 2004). Contudo, ao resgatar Rodrigues (1997) verifica-se a ausência da vertente crítica, detendo-se ao caráter assistencialista disseminado no primeiro período da extensão rural, porém esta afirmação é realizada com cautela, deixando claro a presente pesquisa como insuficiente para posicionamentos críticos. Há que se considerar as reflexões de Spink e Ramos (2016) e ter em vista que a trajetória da assistência social brasileira deixou marcas na leitura e nos diferentes interesses sociopolíticos.

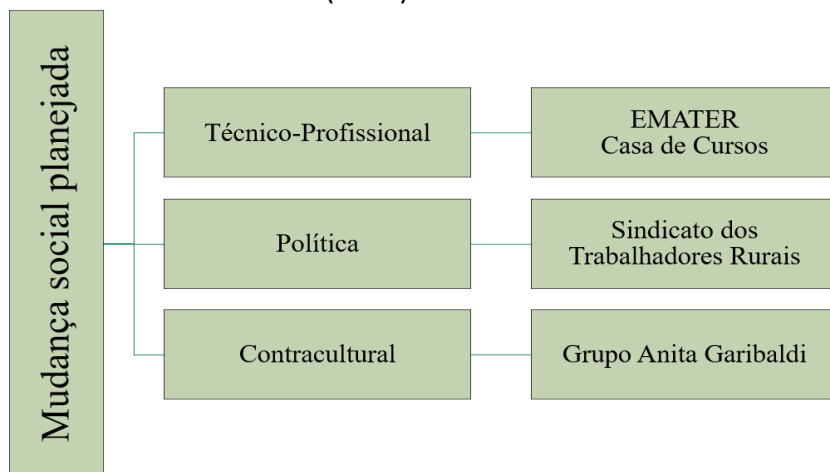
Por último, as ações realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais centram-se na sindicalização, debates sobre gênero e identidade profissional das trabalhadoras rurais conciliando com elementos do terceiro período reconhecido por Rodrigues (1997) pela vertente mais crítica. Mais uma vez, observa-se a importância das diferentes perspectivas de mobilização social, pois aqui além de questionar os papéis de gênero, busca-se ultrapassar as barreiras do simbólico para alcançar, de acordo com Melo (2002), a inserção das mulheres em ambientes públicos, tradicionalmente ocupados pelos homens.

Na figura 4 fundamenta-se na identificação das diferentes perspectivas de mudanças sociais, as quais revelam o foco das ações dos agentes de mobilização, conforme a classificação de Crowfoot e Chesler (1976). A perspectiva técnico-profissional parece se aproximar com duas das ações encontradas: Emater e Casa de Cursos, especialmente, em relação à forma como os indivíduos são percebidos, pois estes são visualizados a partir de seus papéis sociais e, a partir deles ocorre o reconhecimento de suas funções (CROWFOOT; CHESLER, 1976). Ou melhor, o papel social da mulher, frente à perspectiva da Emater, deve ser reconhecido a partir de sua atividade funcional à família – produção de autoconsumo, por exemplo. E, as mulheres beneficiárias da Casa de Cursos, guardam um papel, em sua maioria, de dar suporte/sustentação a parte da família que se encontra em espaço urbano, logo, suas funções são reconhecidas neste contexto.

As estratégias de mudanças focam resoluções mais racionais e operacionais concentradas na elaboração de respostas às situações em mudança, assim como, propiciar condições sociais e emocionais mais razoáveis aos sujeitos (CROWFOOT; CHESLER, 1976). Esse aspecto é notado nas duas ações citadas. Em relação à Emater há esse reconhecimento de tornar visível o trabalho da mulher, o que responderá em sua condição social e emocional, assim como, às beneficiárias da

Casa de Curso, as quais passam a frequentar um ambiente que as torne significativas frente ao sistema dominante.

Figura 4 - Agentes de mobilização e as orientações para a mudança social planejada em acordo com Crowfoot e Chesler (1976)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Crowfoot e Chesler (1976).

A perspectiva política pode ser relacionada com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, uma vez que o indivíduo é compreendido como uma parte interdependente em que as mudanças somente serão alcançadas de forma coletiva, pois mobiliza-se maior poder para conseguir os recursos necessários à sobrevivência alcançando o interesse comum ao grupo. A visão transmitida pela entrevistada sugere que as iniciativas buscam ações que estejam direcionadas ao coletivo permeando focando tanto em mobilização (viagens, reuniões) como em conscientização (palestras sobre questões de gênero, violência contra a mulher).

A perspectiva contracultural guarda uma complexidade em seu âmago demonstrando-se de difícil relação com as ações de mobilização aqui apresentadas, no entanto, alguns aspectos pontuais parecem aproximar-se ao Grupo Anita Garibaldi. Talvez o simbolismo das mulheres em buscarem algo que esteja contra o modelo cultural historicamente instituído permita essa aproximação.

O que Crowfoot e Chesler (1976) chamam de mudanças de estilo de vida partindo do eu, da mudança interior, onde o agente de mudança está envolvido com a experimentação de novos padrões culturais, pode estabelecer uma relação hipotética, ao menos, com a iniciativa do Grupo Anita Garibaldi. Não há relação estrutural com a mudança de um estilo de vida, mas em termos de experimentação de padrões culturais diferenciados, aparentemente, há relação.

Ressalva-se que esta interpretação se faz de forma preliminar, pois para que as relações apresentadas sejam atestadas seria necessário um maior aprofundamento dos pressupostos de cada ação tanto teórica quanto empiricamente.

5 Considerações finais

A primeira alternativa que se buscou para a caracterização de ações para mobilização social de mulheres rurais foi a extensão rural. No entanto, a dinamicidade e a diversidade da realidade estudada mostraram a presença, e as potencialidades, de outras ações e organizações no esforço de mobilização social, assim como, contribuindo para despertar questionamentos sobre as ruralidades dos espaços e a participação das mulheres. Na realidade investigada, o rural e o urbano estão em constante interação, proporcionando espaços alternativos na mobilização social de mulheres. Essas mulheres em suas formas de se identificarem também evidenciam essa mistura rural/urbano. Isso parece, de certa forma, contribuir para os contornos das ações de mobilização social de mulheres rurais encontradas em Dom Pedrito/RS.

No que tange as políticas públicas, observa-se que várias reforçam o papel tradicional da mulher ao atender necessidades imediatas e práticas. Constatou-se, de forma geral, uma dificuldade histórica para considerar a mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica (WEITZMAN, 2011).

Essa afirmação pode retratar parte da realidade encontrada, contudo se considerar as atividades realizadas sobre consciência política e debates sobre gênero no STRs, estas possibilitam um processo dinâmico de formação sobre essas questões. No entanto, dois entrevistados, ainda comentaram sobre as dificuldades nos processos de mobilização e organização social estarem atrelados à cultura individualista do sujeito da Campanha Gaúcha, diferente de outras regiões do Estado, por exemplo.

Isso reafirma, as particularidades deste estudo que, em primeira mão, ressalva esta questão, pois trata-se de uma realidade específica com configurações particulares e bastante localizadas. O reconhecimento do pecuarista familiar data de 2010, talvez por isso as ações, ainda, não sejam direcionadas às mulheres rurais consideram sua inserção na pecuária familiar. No entanto, outras pesquisas, já citadas, investigaram cenários semelhantes em outras localidades como por exemplo a tese de Vargas (2016) sobre artesanato em lã e o simbolismo dos mercados.

A relevância das discussões de gênero ressalta a possibilidade de inserção das mulheres rurais em ambientes públicos, culturalmente construídos pela presença masculina (MELO, 2002), o que pode colaborar para sua continuidade no campo. Essa perspectiva além de contribuir na busca cotidiana das mulheres rurais contra a invisibilidade historicamente vivenciada, auxilia na reprodução social da família rural potencializando sua continuidade no campo, ou seja, cria maiores possibilidades de garantir a sucessão da atividade.

As ações realizadas por parte da Casa de Cursos contribuem para que as beneficiárias vislumbrem atividades alternativas e de renda a partir dos cursos realizados, alocando mulheres vinculadas ao rural, mas que, atualmente, se vêm no urbano. Entretanto, não parece tocar a fundo questões de gênero na intenção de provocar novas percepções.

Em termos de protagonismo e pela busca de mudanças em relação às questões de gênero, as ações do STRs parecem se aproximarem deste objetivo. O Grupo Anita Garibaldi se destaca em termos simbólicos em demonstrar que os papéis feminino e masculino se mesclam ao referenciar a tradicional figura do gaúcho, mas não há questionamentos, explícitos, sobre a condição da mulher. A conversa com a Emater atestou a invisibilidade do trabalho feminino e sua importância para a reprodução social da pecuária familiar embora, haja o reconhecimento sobre as falhas em estimular essa reflexão nos pecuaristas familiares. Em suma, acredita-se que alguns dos pontos encontrados nas conversas estejam contribuindo para a construção da problemática junto a mulheres e homens na e da Campanha Gaúcha.

Fica a reflexão sobre a diversidade de atores e propostas que por vezes é ocultada pelas orientações oficiais de ATER. Essa observação pode ser, inclusive, notada nos objetivos da ATER para Mulheres e seu caráter restrito quanto à diversidade de atores e ações, pois ao perceber as diferentes questões encontradas nas ações de mobilização social investigadas, nota-se que as perspectivas são mais amplas do que os delineamentos apresentados na política nacional de ATER para mulheres. O reconhecimento desta diversidade auxilia na ampliação do campo de atuação de uma ATER que preze pela mudança social, especialmente, ao tratar das problemáticas da mulher rural.

Referências

BARBOSA, Ana Alves Neta. **Mulheres na agricultura familiar do semiárido Norte Mineiro: divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

- BRUMER, Anita. 2004. Gênero e agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205 – 227, 2004.
- BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**, Brasília: MDA, 2011.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social de gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 2, junho, 1994.
- COSTA, Cassiane; FROELICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, p. 465-483, 2013.
- CROWFOOT, James; CHESLER, Mark. Contemporary Perspectives on Planned Social Change: A comparison”. In: BENNIS, W.G., BENNE, K.D., CHIN, R., COREY, K.E. (Eds) **The Planning of Change**. 3 ed. New Yor: Holt, Rinehart and Winston, 1976. p.188-204.
- FERNANDES, Valéria Dorneles; MIGUEL, Lovois de Andrade. A presença histórica da pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In: WAQUIL, Paulo Dabdab et.al. (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GUZZATTI, Thaise Costa. **Recomendaciones político-técnicas para el mejoramiento de los sistemas de ATER, con perspectiva de inclusión de género, en los países de la región**. Santiago de Chile: FAO, ABC, SAF, 2017.
- HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**, Brasília: MDA, 2011.
- LITRE, Gabriela. **Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no Pampa do Uruguai, Argentina e Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATTE, Alessandra. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- MELO, Lígia Albuquerque de. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: **Anais... XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Fundação Joaquim Nabuco**. Ouro Preto, Minas Gerais. 2002.

RAUBER, Cassiane da Costa. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul**: análise a partir dos sistemas agrários. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 303 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos 114 de Ciência & Tecnologia**, Brasília. Vol. 14, n. 1. p.113-154, 1997.

SÁ BRITO, Andréia Nunes. **Entre o corredor e a estância**: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SALES, Celecina De Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 3, p. 38-48, jul./set. 2002.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SPINK, Peter Kevi; RAMOS, Ana Marcia Fornaziero. Rede socioassistencial do SUAS: configurações e desafios. **O social em questão**, ano 19, n. 36, p. 285-310, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto de. **Tecendo tradição**: artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

WEITZMAN, Rodica. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011.